

PARA ALÉM
DA EDUCAÇÃO
POPULAR

Conselho Editorial Educação Nacional

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP

Prof. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP

Profa. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp

Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar

Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp

Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR

Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC

Profa. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp

Profa. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Unoesc/Unicamp

Profa. Dra. Maria Eugénia Montes Castanho – PUC / Campinas

Profa. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp

Profa. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS

Profa. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS

Profa. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI

Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp

Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR

Profa. Dra. Vera Jacob – UFPA

Conselho Editorial Educação Internacional

Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional do Rosário

Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada

Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aviero

Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Profa. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de La Educación/Granada

Profa. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho

Profa. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján

Profa. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata

Profa. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata

Flávio Brayner

PARA ALÉM
DA EDUCAÇÃO
POPULAR

MERCADO[®]
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Brayner, Flávio

Para além da educação popular / Flávio Brayner. – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2018.

Bibliografia.

ISBN 978-85-7591-473-1

1. Arendt, Hannah, 1906-1975 2. Diálogos 3. Educação
4. Educação popular 5. Freire, Paulo, 1921-1997 6. Universidades e escolas I. Título.

18-21693

CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação 370

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide

foto de capa: Marina Meirelles Gomide

preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

revisão final do autor

bibliotecária: Cibele Maria Dias – CRB-8/9427

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE MR

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

OUTUBRO/2018

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.

É proibida sua reprodução parcial ou total sem a autorização prévia do Editor. O infrator estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	7
<i>Danilo R. Streck</i>	
NOTA DO AUTOR.....	11
UNIVERSIDADE E EDUCAÇÃO POPULAR	17
DIALÉTICA: MODOS DE (AB)USAR	27
O ELIXIR DA REDENÇÃO. O MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR DO RECIFE (1960-1964).....	47
ORAR E TRANSFORMAR: O “POVO” EM LUIZ EDUARDO WANDERLEY	81
MILITÂNCIA E “VONTADE DE ASSUJEITAMENTO”	99
PARA ALÉM DO PLATONISMO NA EDUCAÇÃO POPULAR.....	117
HOMENS E MULHERES DE PALAVRA: SOBRE O DIÁLOGO	135

PAULO FREIRE E HANNAH ARENDT: UM CONFRONTO	161
O CLICHÊ: NOTAS SOBRE UMA DERROTA DO PENSAMENTO. POR UMA CONSCIÊNCIA INGÊNUA	175
EDUCAÇÃO POPULAR E “COMPETÊNCIA” REPUBLICANA	201
UM CERTO SILÊNCIO BIBLIOGRÁFICO (SOBRE A “INFLUÊNCIA”)	217
POR QUE AINDA SOMOS FREIREANOS? ENSAIO SOBRE UMA TEOLOGIA LAICA	245

PREFÁCIO

Danilo R. Streck

Enquanto escrevo este prefácio vejo acadêmicos e jornalistas procurando compreender o que fez com que milhares de pessoas, muitas vezes liderados por jovens até há pouco tempo considerados alienados pelo consumo e redes digitais fossem para as ruas. As explicações são tão variadas quanto as bandeiras levantadas nas manifestações. Parece que todos têm razão em seus argumentos, mas também parece que não se alcança aquela explicação que dê conta de tudo o que está em jogo nos protestos. A realidade nos surpreende, desacomoda e questiona. Basta que estejamos abertos para perceber, sentir e pensar o que está à nossa volta.

Flávio Brayner é um pensador que se permite sair de lugares seguros propiciados pela fidelidade a uma corrente filosófica e pedagógica ou pela adesão a algum intelectual de moda. Transcrevo o parágrafo final de um dos capítulos para indicar ao leitor o que pode encontrar desde o início do livro: “A derrocada

do pensar que representa o uso do clichê em assuntos educativos, nos instala diante da real possibilidade de nos afastarmos do mundo, de nos impedirmos a experiência e sua eventual (re)conceitualização, de nos fecharmos num universo vocabular tranquilizante e acolhedor e, assim, pararmos de ver o mundo com olhos de estranhamento, com óculos ‘ingênuos’. Mas é exatamente isto que todos os tiranos sempre desejaram!”.

Ortodoxos e fundamentalistas de qualquer matiz ideológico possivelmente abandonarão a leitura após as primeiras páginas. Afinal, como alguém ousa criticar Marx, Sartre ou Paulo Freire? Mais ainda, como um educador-filósofo de Recife tem a coragem de fazer perguntas a ninguém menos que o Platão da Academia grega? Seriam as seguintes perguntas uma insolência? Indaga Flávio: “Por que, não custa perguntar, não considerar a sombra ou a aparência como fazendo parte de uma realidade tão “essencial” quanto àquela representada pelas luzes do Mundo das Ideias? Afinal, caro Platão, não há nada que possamos aprender com a escuridão, com a noite, com a ilusão? Não foi investigando a noite interior dos homens, a caverna subterrânea de seus desejos que Freud chegou a conceber uma teoria e uma terapêutica, tentando salvar os homens das ilusões sobre si mesmos?”

São textos escritos com uma verdadeira paixão pelo pensar, que é ao mesmo tempo uma finalidade em si e um meio para a construção do futuro. Preciso explicar um pouco essas duas dimensões. O leitor não encontra nos textos de Flávio recomendações tipo receitas para aplicar na próxima aula ou numa nova política educacional. Seu pensamento se distancia de uma racionalidade puramente instrumental, mas também

não se exime da tomada de posições e de engajamento pela construção de um futuro diferente. No entanto, trata-se de um futuro aberto, como possibilidade, que será parte de uma “aventura” e não o resultado de um destino que algum visionário tenha imaginado.

Os textos abrangem uma variada gama de assuntos: universidade e educação popular, dialética, o Movimento de Cultura Popular do Recife, o conceito de povo, Paulo Freire e Hannah Arendt, o clichê na pedagogia, a militância e o diálogo, entre outros que estão inseridos nos artigos ou aparecem nas entrelinhas. Como escrevo este prefácio antes que o autor tenha proposto um título ou escrito a sua introdução, tomo a liberdade de sugerir que o livro reúne ensaios sobre o “pensar a educação”. Reforço essa ideia porque às vezes tenho a impressão de que as milhares de pesquisas produzidas em nossos programas de pós-graduação podem até trazer um sem-número de dados sobre a nossa realidade educacional, não poucas vezes repetidos, mas falham no exercício de pensar a educação. Arrisco dizer que na maioria das vezes os resultados produzidos servem para ilustrar teorias, e aí tanto faz se é de Marx, Foucault, Bourdieu ou Paulo Freire.

Dito isso, também vejo que os textos interessam a um amplo público: penso que professores de filosofia de educação podem deixar de lado o manual para introduzir a sua classe num pensamento crítico, no sentido mais radical da palavra; professores podem usar os textos para descobrir que a sua propalada “ingenuidade” não é necessariamente negativa; profissionais e militantes da educação popular encontrarão suficientes elementos para questionar seus repetitivos discursos politicamente corretos; profissionais de ou-

tras áreas encontrarão nas abundantes referências a autores e obras entradas e desafios para dialogar.

Sinto-me privilegiado por ter sido convidado a ler, em primeira mão, este conjunto de textos que me “pro-vocaram” e “com-vocaram” no melhor sentido dessas palavras. E tenho certeza que o farão com muitos leitores e muitas leitoras.

NOTA DO AUTOR

Li pela primeira vez a *Pedagogia do Oprimido* quando estava terminando minha licenciatura, por volta de meus 22 anos, em 1979. Foi, parafraseando Bandeira, ‘meu primeiro alumbramento’ pedagógico! Não sei se compreendi bem algumas de suas noções, mas a passagem sobre a “educação bancária” me deixou uma impressão tal que comecei a enxergar “bancarismo” em praticamente todas as relações que envolviam autoridade ou hierarquia e supunha, na minha ingenuidade, que dialogicidade bem que poderia ser uma norma universal de conduta, um critério ontológico e transcendental! Não tinha a menor desconfiança, àquela altura de minha vida, de que o futuro do paulofreireanismo seria esta ampla institucionalização de seu pensamento e memória, que culmina no Patronato e no Marco de Referência da Educação Popular. Mas, talvez seja da própria natureza das instituições trair seus fundadores (ou, como disse, um “herege”, “Se quiseres ser cristão, afasta-te dos padres!”). Naqueles anos (o que alongava ainda mais minha beata ingenuidade), eu estava certo de que alguém que tivesse lido Freire ou Marx não teria outra saída a não ser tornar-

se freireano ou marxista. Ou então permanecer em sua “desumanidade” e alienação.

Certo dia, minha amiga Maria Adosinda (já falecida), cunhada de Paulo Freire, convidou-me para um debate muito reservado em que o educador compareceria. Sentei-me junto dele, que colocou a mão em meu ombro. Minha reação foi a de não me mexer durante quase toda a manhã temendo que ele interpretasse qualquer gesto meu como uma reação antipática ao seu tocar. Passei o resto do dia com torcicolo por causa de Paulo Freire! É a lembrança mais dolorosa que tenho dele. Mas, ali foi ficando claro que a figura carismática de Paulo ia muito além do encanto que ele exercia sobre seus seguidores ou admiradores: como se, ser tocado por ele, implicasse uma conversão. Ou um torcicolo!

Em um curso na Universidade de Paris VIII (Saint Denis), onde eu estava realizando meu pós-doutorado, a Professora Danielle Bachmann, que ministrava a disciplina de Educação Popular, nunca falou no nome de Freire em suas aulas. Quando, num determinado momento, eu solicitei sua opinião a respeito daquele educador, ela me disse que ele era este alvo de veneração na América Latina devido a razões perfeitamente explicáveis por uma abordagem sociológica. Mas na França, onde a escola republicana tinha, bem ou mal, funcionado, Freire era um autor sem grande importância e, de forma até grosseira, disse-me que sua *Pedagogia do Oprimido* “não passava de profetologia para o Terceiro Mundo”!

O pesquisador da Universidade de Berna (Suíça), Martin Stauffer, que fez pesquisa no Recife no início dos anos 2000, considerava que Anísio tinha tido

muito mais profundidade e influência propriamente escolar do que Paulo, e que a Escola Nova brasileira era, na verdade, a grande contribuição do país às práticas educativas contemporâneas.

Estas duas observações, vindas de “fora” do Brasil, chamaram-me a atenção sobre a real importância teórica e prática das ideias de Freire. Mas o ponto decisivo de minha inflexão foi, sem dúvida, a experiência com a escola republicana francesa, que sempre teve sérios embates com os “pedagogistas”, inspirados no escolanovismo e que tiveram em Phillipe Meurieu seu principal paladino teórico, que a acusa de adolcentrismo, conteudística, vertical, autoritária, classificatória... Não se trata, a meu ver, de escolher entre Anísio ou Paulo, ambos fortemente influenciados pela educação progressiva (confesso ter tomado um susto quando li aquela passagem de Saviani sobre o “escolanovismo popular” de Freire!), trata-se de saber por que as pedagogias ativas, numa sociedade tão clamorosamente desigual como a nossa e, nos anos 30, praticamente recém-saída da escravidão, encontraram tão forte acolhida entre os educadores e, ainda mais, como explicar que uma pedagogia inspirada no primeiro pragmatismo americano (James, Dewey, Kilpatrick), quer dizer, gestada no interior de uma sociedade multicultural, plástica e democrática tenha logrado obter a adesão que conheceu numa sociedade tão severamente injusta como a nossa e, pior, que seus princípios tenham se tornado “oficiais” durante regimes de exceção (com Capanema no Estado Novo e, mais tarde, com a Lei 5692/71, durante o pior período da ditadura militar). O curioso é ver que os teóricos que inspiraram o liberalismo de nossas doutrinas pedagógicas antiautoritárias, processuais, dialogais, alunocêntricas, liberta-

doras, terminaram perseguidos (ou mortos) pelos regimes que as adotaram.

Meu amigo José Sérgio de Carvalho (USP) arrisca uma resposta. Para ele, estes modelos centrados no indivíduo de aprendizagem, de extração psicologista, mais preocupados com desenvolvimentos pessoais do que com conteúdos de saber, assentados sobre horizontalismos e democracias pedagógicas muitas vezes artificiais, terminam por retirar da educação escolar –sobretudo a pública– um elemento fundamental de toda formação supostamente republicana: a crença de que, o que está “entre nós” (*Inter homines esse*) é o Mundo; que a educação, como expressão de um *Amor Mundi* arendtiano, não é apenas um problema de aprendizagem ou de métodos, mas um fundamental encontro entre duas gerações em que uma delas herdará este Mundo (como Mundo de significações e não como planeta) sem nenhum *modo de usar* e a outra (geração) o deixará sem saber o que os novos farão dele. Estamos falando, assim, da relação entre educação e espaço público. Ora, com a supressão desta esfera pública da pluralidade, da palavra e da ação, durante os regimes de exceção que o Brasil conheceu, nada mais “natural” que nossas doutrinas pedagógicas se concentrassem nos sujeitos de aprendizagem, uma perspectiva altamente individualista da qual fazem parte todos os “construtivismos” que vincaram e definiram a formação de nossas crenças educativas. Assim, pedagogias centradas nos educandos não são incompatíveis com sistemas políticos autoritários! Isto significa dizer que, quando tínhamos necessidade de escola republicana, mesmo com todos os seus desagradáveis vieses “autoritários” e meritocráticos (para

nossos já habituados ouvidos libertários), nos deram escolanovismo.

Mas seria profundamente injusto perfilar Paulo Freire e suas ideias pedagógicas no interior destas pedagogias individualizantes e de esteio liberal. O que a Educação Popular propôs, naquele final dos anos 50, início dos 60 era algo mais profundo e mais extenso: constituir um “povo”! Se nossa “direita” abominava a democracia por que nela os ignorantes e incautos podiam decidir, ou odiavam a presença negra em nossa demografia por que ela impedia nosso processo civilizacional (basta pensar aqui nos Sílvia Romero, Alberto Torres, Nina Rodrigues, Oliveira Viana), nossa “esquerda” não ficou muito atrás: com a “consciência” precária que aquele povo detinha, nenhuma transformação da realidade seria possível. Partir da “realidade do educando”, quer dizer, de sua precariedade social, dando um novo nome à sua “cultura” (falo da valorização da cultura popular que começara com os Modernistas, Mário de Andrade puxando o cordão) era o primeiro gesto de uma ação pedagógica que principiava por nomear a consciência do outro (o povo), apontava sua insuficiência e dizia onde ela deveria chegar para “pensar certo” e “ser sujeito de sua própria história”. Romantismo e iluminismo se juntam, aqui, não para definir projetos de conscientização, mas, a partir da nomeação da precariedade da consciência do outro, sugerir a conversão pedagógica desta mesma consciência, o que fazia da Educação Popular um amplo programa “ortopédico”.

É isto o que vou tentar mostrar nos ensaios que compõem este livro, em sua maioria apresentados nas reuniões do GT de Educação Popular da ANPED (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Edu-

cação). Neles, o leitor verá que o torcicolo que Freire me provocou continua me incomodando, mas por uma razão bem diferente: eu consegui sair de minha posição original para enxergar meu próprio itinerário intelectual e tentar, a duras penas, refazer minhas interrogações.